

Boletim de Conjuntura

Índice

- Mercado Ambulatório p.1
- Encargos do SNS com medicamentos p.3
- Dívida das entidades públicas à IF p.4
- Exportações Farmacêuticas p.4
- Execução Orçamental do SNS p.5
- Conjuntura Macroeconómica p.5
- Conjuntura Legislativa e Regulamentar p.6
- Estudos e Publicações p.6



Boletim de Conjuntura

MERCADO AMBULATÓRIO

MERCADO FARMÁCIAS (PVA) – YTD 2024 (FEV.)

De acordo com os dados da IQVIA, no mês de Fevereiro de 2024, as vendas no canal ambulatorio voltaram registar aumento face ao período homólogo, quer em valor, +5,4%, quer em volume, +2,1%. Foram dispensadas 22,8 milhões de embalagens, traduzindo-se em vendas de 197,3 milhões de euros. O PVA médio unitário foi de 8,65 €, representando um aumento homólogo de 3,2%.

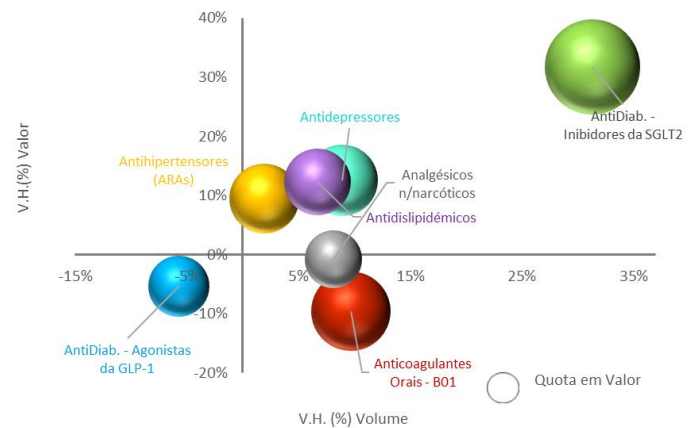
No YTD 2024, o mercado totaliza 426,7 M€ com a dispensa de 50,2 milhões de embalagens, a que corresponde aumentos homólogos de 7,2% em valor e 3,3% em volume. Esta dinâmica resulta do crescimento de ambos os segmentos de mercado, marcas e genéricos, com particular relevância para os genéricos, com nomeadamente a nível do aumento do volume.

Em termos de classes terapêuticas, o Top 7, em valor, representa 30,1% do mercado, e inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com uma quota 7,4%, seguida da classe dos Anticoagulantes orais, com 5,2%, e em terceiro lugar os antidepressores, com 4,1% de quota. Em termos de dinâmica, 5 das 7 classes registam crescimentos homólogos em valor, mas os anticoagulantes orais e os antidiabéticos agonistas da GLP-1 registaram reduções de -9,6% e -5,7%, respetivamente.

No YTD 2024, a classe terapêutica com maior crescimento homólogo das vendas, em valor, com um aumento de 7,6 M€, foi a

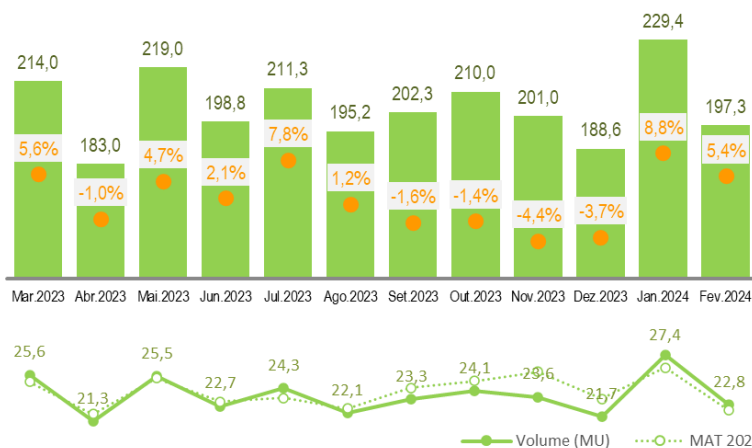
dos Antidiabéticos orais inibidores da SGLT2. Já a classe que mais contraiu em valor, em termos absolutos, foi a dos anticoagulantes orais, com menos 2,3 M€ de vendas. Realizando a análise em termos de volume, temos que a classe com maior crescimento foi a dos Antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com mais 230 mil embalagens dispensadas, e a classe com maior contração homóloga foi a dos Diuréticos, com dispensa de menos 130 mil embalagens face ao mesmo período de 2023.

EVOLUÇÃO DO TOP 7 DAS CLASSES TERAPÊUTICAS - YTD 2024



Mercado Ambulatório (PVA)	Feb. 2024	V.H. (%)	YTD 2024	V.H. (%)
M. Valor (M€)	197,3	5,4%	426,7	7,2%
M. Volume (M. Emb.)	22,8	2,1%	50,2	3,3%
Preço médio unitário (€)	8,65	3,2%	8,50	3,7%

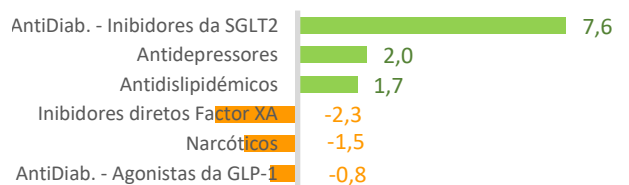
■ Valor (M€) - PVA ● V.H. (%)



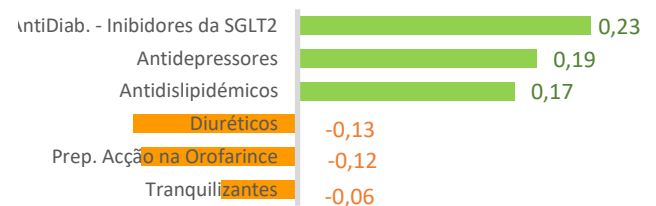
Núcleo de Estudos e Análise

YTD 2024

TOP3 CLASSES TERAPÊUTICA COM MAIORES VARIÇÕES HOMÓLOGAS EM VALOR (M€)



TOP3 CLASSES TERAPÊUTICA COM MAIORES VARIÇÕES HOMÓLOGAS EM VOLUME (MILHÕES UNID.)



Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA

Boletim de Conjuntura

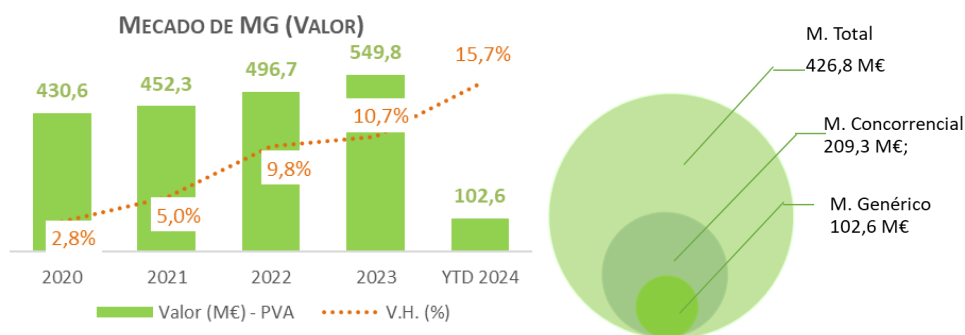
MERCADO GENÉRICO E CONCORRENCIAL (PVA) – YTD 2024 (FEV.)

Em fevereiro de 2024, as vendas de **medicamentos genéricos** (MG) nas farmácias, totalizaram 48,1 M€ resultado da dispensa de 8,5 milhões de embalagens, registando crescimentos homólogos de +15,5% em valor e +5% em volume.

No YTD 2024, as vendas totalizam 102,6 M€ com a dispensa de 18,35 milhões de embalagens, correspondendo a +15,7% em valor e 6,1% de volume, em relação ao período homólogo.

O **mercado concorrencial**, i.e., o mercado com grupos homogêneos, totalizou, no YTD 2024, as vendas de 209,3 M€, com a dispensa de 35,5 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de +13,0% em valor, e +4,4% em volume. O PVA médio unitário deste mercado foi de 5,89 €, +8,3%.

Em termos de quota de mercado, os MG têm uma quota, em volume unitário, no mercado total de 42,7%, que sobe para os 57% no mercado concorrencial. Já o mercado concorrencial tem uma quota de 74,9% em volume unitário e de 49,0% em valor no mercado total.



YTD 2024 (Fev.)		
V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	13,0%	4,4%
M. Genérico	15,7%	5,8%

Quota no M. Total (%)		
V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	49,0%	74,9%
M. Genérico	24,0%	42,7%

Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA

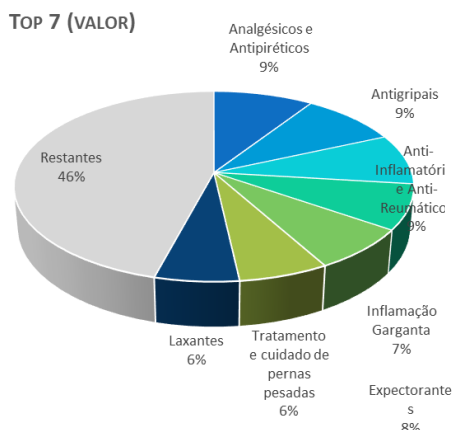
MERCADO OTC (PVP) – YTD 2024 (FEV.)

De acordo com os dados do hMR, o mercado OTC, no canal ambulatorio, registou, em fevereiro de 2024, vendas de 40,6 M€ (valores a PVP), resultado da dispensa de 4 milhões de embalagens.

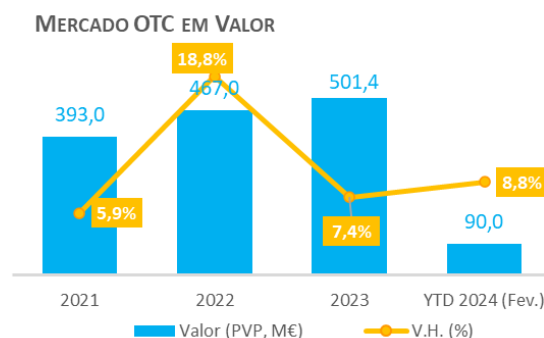
No YTD 2024, o mercado OTC totaliza 90,0 M€, com a dispensa de 9 milhões de embalagens, o que equivale a crescimentos homólogos de 8,8% e 3% respetivamente. O PVP médio unitário é de 9,96 euros.

Este segmento de mercado representa, no período em análise, 14,8% do valor total do mercado ambulatorio e 17,7% do volume.

O top 7, em valor, representando 54% do mercado OTC, é ocupado pelas classes terapêuticas relacionadas com a gestão da dor, anti-inflamatórios e analgésicos, do tratamento das pernas pesadas, da gripe e constipações e laxantes. Estas classes registam crescimentos homólogos das vendas em valor.



MERCADO OTC VALOR (PVP)		2021	2022	2023	YTD 2024 (Fev.)
Mercado	Valor	M€ 393,0	467,0	501,4	90,0
	Tx.V.H.	% 5,9%	18,8%	7,4%	8,8%
Ambulatório de OTC	Volume	M. 43,5	50,7	51,2	9,0
	Tx.V.H.	% 1,4%	16,6%	1,1%	3,0%
Quota no M. Ambulatório (valor)		% 12,7%	13,7%	14,0%	14,8%
PVP médio unitário		€ 9,04	9,21	9,78	9,96



Fonte: hMR

Boletim de Conjuntura

ENCARGOS DO SNS COM MEDICAMENTOS

ENCARGOS NO AMBULATÓRIO – 2023

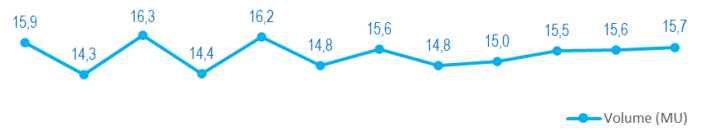
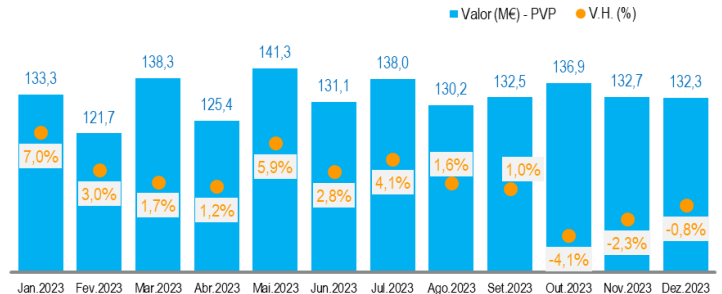
De acordo com a monitorização do INFARMED, no ano de 2023, os encargos do SNS com medicamentos dispensados em farmácia totalizaram vendas de 1.593,8 M€, mais 26,5 M€ que em 2022. Este aumento foi acompanhado pelo aumento do número de embalagens vendidas, que totalizaram 184,2 M€, mais 3,9 milhões que em 2022. Assim o ano de 2023 regista crescimentos homólogos de +1,7% em valor e 2,2% em volume.

O PVP médio unitário dos medicamentos comparticipados em 2023 foi de 13,32 euro, +0,7% que em 2022.

A taxa média de comparticipação foi de 65,0%, a que corresponde uma diminuição de 0,7 p.p. face ao ano anterior, o que também contribuiu para o aumento da despesa do utente com medicamentos, em 43 M€, i.e., +5,3% face a 2022.

A classe terapêutica com maior despesa foi a dos Antidiabéticos, com uma quota de 23,2% da despesa, e a classe com maior aumento da despesa, +9,73 M€, V.H. de +7,6%, foi a dos Mod. Eixo renina angiotensina.

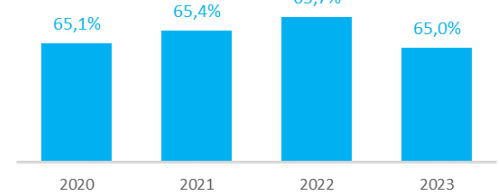
A quota de medicamentos genéricos em unidades foi de 51,1%, mais 1,8 p.p., e a do mercado concorrencial de 64%, um aumento de 1,7 p.p. face a 2022.



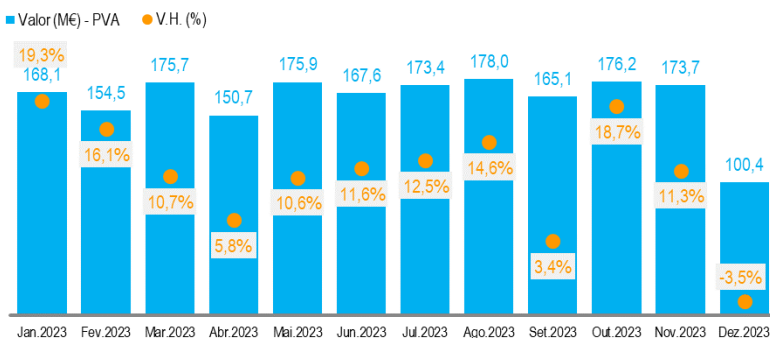
Encargos SNS - YTD 2023	Valor	1.593,8 M€	V.H.: +1,7%; 26,5 M€
	Volume	184,2 milhões Emb.	V.H.: +2,2%; 3,9 milhões
	PVP médio	13,32 €	V.H.: +0,7%

Fonte: INFARMED

TX. MÉDIA DE COMPARTICIPAÇÃO

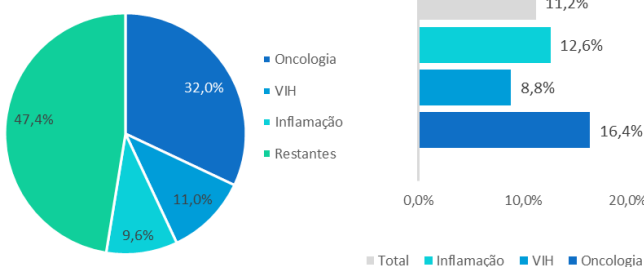


ENCARGOS HOSPITALARES - 2023



Encargos SNS - YTD 2023	Valor	1959,2 M€	V.H.: +11,2%; 197,5 M€
	Volume	283,2 milhões unidades	V.H.: +3,4%;

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR POR ÁREA TERAPÊUTICA (%)



De acordo com os dados do INFARMED, o mercado hospitalar, durante o ano de 2023, registou crescimento homólogo, em valor, todos os meses até dezembro, único mês em que se registou redução.

Em 2023, com a dispensa de 283,2 milhões de unidades CHNM, mais 3,4% que em 2022, totalizou vendas de 1.959,2 M€, o que representa um aumento homólogo 11,2% em valor, i.e., mais 197,5 M€.

As áreas terapêuticas com maior aumento absoluto da despesa em valor foram os Imunomoduladores (102 M€, V.H. de +18,4%), seguida dos Antiviricos (23 M€, V.H. de +10,6%), seguida dos Citotóxicos (22,8 M€, V.H. de +10,4%),

A despesa com medicamentos Órfãos, em 2023, totalizou 293 M€, correspondendo a um aumento homólogo de +24,6%, i.e., +57,8 M€.

A análise por área de prestação mostra que 83% dos gastos se referem ao ambulatório Hospitalar. O Internamento, Cirurgia e Urgência representam apenas 13%.

A quota de biossimilares neste mercado, em 2023, foi de 62,6% em termos de unidades dispensadas para o universo de medicamentos com biossimilares (11 DCIs), que corresponde a -8,0 p.p. que em 2022.

Fonte: INFARMED

Boletim de Conjuntura

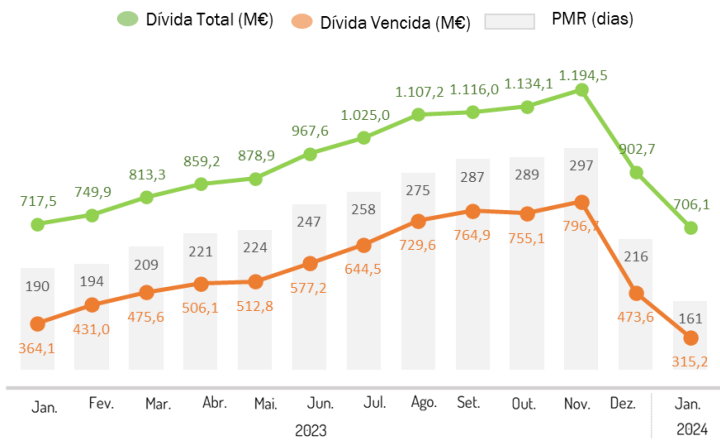
DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

DÍVIDA À IF - JAN.2024 – De acordo com a monitorização realizada junto das empresas associadas, em Janeiro de 2024, e ainda resultado de pagamentos extraordinários realizados no final de 2023, a dívida total e vencida das entidades públicas à IF voltou a diminuir. A dívida total ficou nos 706,1 M€ e a vencida nos 315,2 M€, correspondendo ao valor mais baixo dos últimos anos.

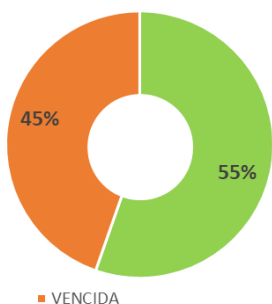
A dívida vencida reduziu 158,4 M€, para os 315,2 M€, face ao mês anterior representa uma redução de -33,4%, representando agora 45% do valor total.

A dívida às empresas de meios de diagnóstico *in vitro* (DiV), que representa 10% do total da dívida reportada, também viu o seu valor diminuir face ao mês anterior, totalizando agora 73,8 M€.

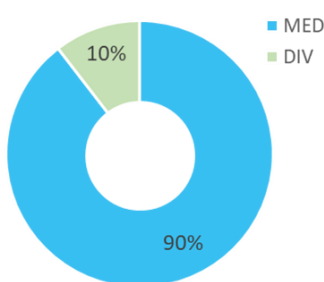
O prazo médio de recebimento reduziu para os 161 dias, mas continuou muito acima do prazo definido pela Directiva dos pagamentos em atraso.



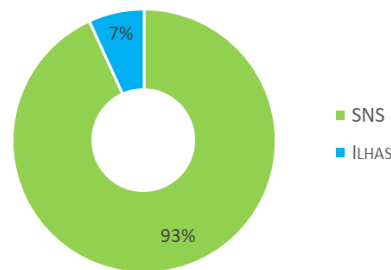
REPARTIÇÃO POR ANTIGUIDADE



REPARTIÇÃO POR TIPO DE EMPRESAS



REPARTIÇÃO POR ENTIDADES DEVEDORAS



Fonte: APIFARMA - empresas associadas (medicamentos e de DiV)

EXPORTAÇÕES FARMACÊUTICAS 2023

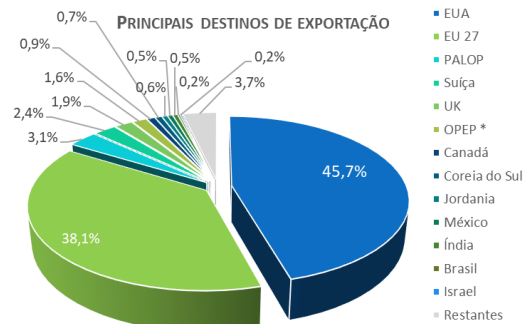
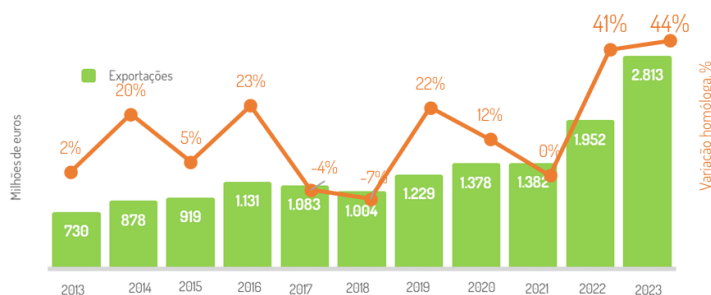
Em 2023, as exportações farmacêuticas (produtos farmacêuticos + matérias primas) totalizaram **2.813,1 M€**. Trata-se do valor mais alto do sector até à data, e representa um aumento de 44% face a 2022.

Em 2023, com exceção dos PALOPs, todos os principais destinos registaram crescimentos homólogos, com os EUA a serem o principal destino das exportações, com 45,7% do valor exportado, tendo também sido o principal responsável pelo aumento das exportações em 2023, com um peso de 81% no total do crescimento.

As exportações farmacêuticas, em termos de valor, são essencialmente de Produtos farmacêuticos acabados (94%).

As exportações farmacêuticas são o principal contribuinte para as exportações do sector da Saúde (3,3 M€), representando, em 2023, 87% do total, situação que se têm mantido ao longo dos anos.

O sector tem vindo a ganhar relevância no total das exportações de bens. Em 2023, representou **3,6% do total**, o que equivale um aumento de 1,1 p.p. face a 2022.



Fonte: INE

Boletim de Conjuntura

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SNS – JAN.2024

De acordo com a DGO, em Janeiro de 2024, a execução orçamental do SNS totalizou uma despesa de 1.105,5 M€, +8% em termos homólogos. Esta execução corresponde a 7,3% do valor orçamentado para 2024.

O crescimento da despesa teve como principal contributo o aumento das despesas com o pessoal, em 9,0%, com um peso de +4,2%.

Os fornecimentos externos (FSE) aumentaram 7,5%, em resultado do aumento da despesa com produtos farmacêuticos e vendidos em farmácia (+9,2%) e do material de consumo clínico (3,3%), mas com os MCDT em contraciclo, a diminuir -1,9%.

O saldo do SNS foi de 20,7M€, representando uma diminuição de 20,4 face a Jan.2022.

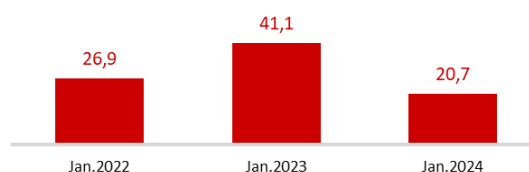
O investimento realizado de 1,8 M€, corresponde a 0,2% do valor orçamentado para o total do ano.

REPARTIÇÃO DA DESPESA (M€)

V.H.



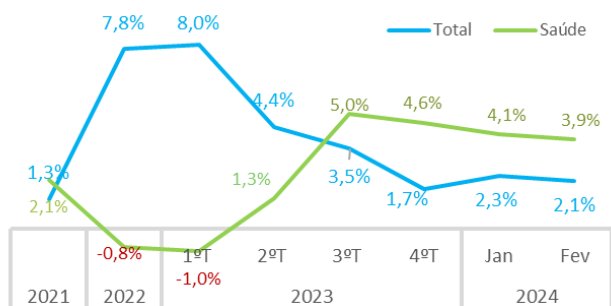
SALDO ANUAL - M€



Fonte: DGO

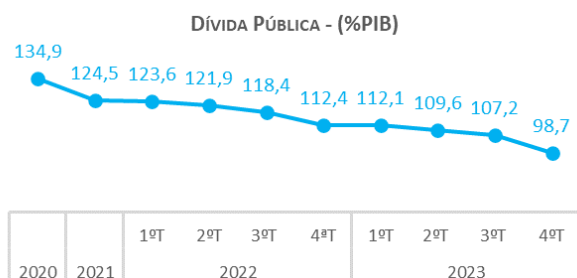
CONJUNTURA MACROECONÓMICA

INFLAÇÃO - IPC



Fonte: INE

DÍVIDA



Fonte: BdP

Núcleo de Estudos e Análise

Inflação: De acordo com o INE, em fevereiro de 2024, a inflação em Portugal registou uma taxa de variação homóloga de 2,1%, inferior em 0,2 p.p. à observada no mês anterior. A variação homóloga do agregado relativo aos produtos energéticos aumentou para 4,3%.

Neste mês, nas classes com maiores contribuições negativas para a variação homóloga do IPC, destacam-se a do Vestuário e calçado e a dos Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação. Em sentido contrário, destacam-se as contribuições positivas da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, dos Restaurantes e hotéis e dos Transportes.

De acordo com o Eurostat, em fevereiro de 2024, a taxa de inflação anual, medida pelo IHPC, situou-se em 2,3% em Portugal, 2,6% na Zona Euro.

Dívida Pública: A dívida do Estado português ficou abaixo dos 100% do PIB em 2023, nos 98,7%, de acordo com o BdP. Trata-se do rácio de dívida mais baixo desde 2009.

O peso da dívida pública no PIB baixou em 13,7 pontos percentuais face aos 112,4% verificados em 2022, e representa uma variação de -8,8 p.p. face ao trimestre anterior. Ficou, também, abaixo dos 103% oficialmente previstos pelo Governo em outubro, e atingiu uma marca abaixo de 100% um ano antes do previsto.

A queda em percentagem do PIB foi acompanhada por uma descida real, no valor total da dívida em menos 9,4 mil milhões de euros do que no ano passado, fazendo com que Portugal deixe de estar no grupo dos países mais endividado da Europa. A dívida pública nacional é hoje inferior à da Grécia, de Itália, de França, de Espanha e Bélgica, e aproxima-se da média da zona euro.

Boletim de Conjuntura

CONJUNTURA LEGISLATIVA E REGULAMENTAR

LEGISLATIVA

Preços nas embalagens – Foi publicada a [Portaria n.º 51/2024](#), que prevê as regras de formatação das informações obrigatórias que devem constar na fatura/recibo ou recibo emitido ao utente sobre o preço dos medicamentos e procede à sexta alteração da Portaria n.º 195-C/2015. A acompanhar foi também publicada a Circular Informativa n.º [003/CD/100.20.200](#), de 05/01/2024.

Investigação Clínica – Foi publicado o [Despacho n.º 1739/2024](#), do Ministro da Economia e do Mar, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministro da Saúde, que vem determinar um conjunto de medidas, que conferem uma maior capacidade e autonomia dos centros de investigação clínica (CIC) ligados às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Os CIC passam, assim, a poder assumir-se como associações de direito privado sem fins lucrativos, como centros de responsabilidade integrados (CRI) ou ainda associar-se com outras entidades, públicas ou privadas, constituindo associações de direito privado, sem fins lucrativos, para fins de investigação clínica.

Regulamento (UE) 2024/568 – O [regulamento](#) do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às taxas e aos emolumentos cobrados pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA) foi publicado no Jornal Oficial da UE. O mesmo visa modernizar e simplificar a estrutura das taxas pagas à Agência. O Regulamento entra em vigor no primeiro dia seguinte ao da sua publicação e será aplicável em 1 de Janeiro de 2025, data em que revogará os dois anteriores regulamentos relativos ao sistema de taxas da EMA

REGULAMENTAR

Medicamentos Comparticipados - [Lista](#) dos novos medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 Fevereiro, fornecida pelo INFARMED.

Atualização da lista de medicamentos cuja exportação é temporariamente suspensa - O INFARMED publicou a [Deliberação n.º 014/CD/2024](#), que atualiza a lista de medicamentos cuja exportação é temporariamente suspensa. De notar que a nova lista compreende menos 18 medicamentos do que o mês anterior (fevereiro: 118 medicamentos) sendo que 84 já se encontravam na lista referente ao mês anterior e 34 são novos.

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

SECURING MEDICAL SUPPLY CHAINS IN A POST-PANDEMIC WORLD - De acordo com o [relatório](#) da OCDE, publicado este mês, as cadeias de abastecimento seguras são uma pedra angular de sistemas de saúde resilientes. As cadeias de abastecimento são complexas e internacionalizadas, e envolvendo frequentemente muitos fornecedores. A pandemia de COVID-19 colocou uma enorme pressão sobre cadeias de abastecimento já sobrecarregadas, em resultado, tanto de uma procura sem precedentes, como de estrangulamentos generalizados no abastecimento. Este relatório oferece informações sobre os riscos e vulnerabilidades das cadeias de abastecimento de medicamentos e dispositivos médicos. São analisadas opções políticas para antecipar e mitigar os riscos de escassez de medicamentos e dispositivos médicos, tanto de forma rotineira como no contexto de crises graves. O relatório mostra que o reforço da resiliência a longo prazo das cadeias de abastecimento requer abordagens colaborativas que equilibrem as medidas melhor tomadas pelo sector privado com aquelas geridas de forma mais adequada pelos governos ou a nível supranacional

MEDICINE SHORTAGES REPORT 2023 - A escassez de medicamentos tem vindo a afetar vários países da Europa, com 65% países a referirem que a situação piorou em 2023, enquanto apenas 23% dizem que a situação se manteve estável, de acordo com o [estudo](#) PGEU Medicine Shortages Report 2023 Este estudo conta com a participação de 26 países europeus. Portugal não é exceção: no ano passado, o número de medicamentos em rutura de stock aumentou 47% face a 2022.

O estudo revela que, em 2023, os farmacêuticos europeus gastam 9,5 horas/ semana a lidar com a escassez de medicamentos. São mais 2,8 horas face a 2022 e mais 4,2 face a 2021. Situação leva a

perdas financeiras e menor confiança dos utentes. Do lado dos utentes, os farmacêuticos reportam que o incómodo (100%), a interrupção de tratamento (88%), e o aumento dos copagamentos em resultado da aquisição de fármacos mais caros ou sem comparticipação (73%) estão entre as principais causas negativas que resultam da escassez dos medicamentos (73%). Por sua vez, do lado das farmácias, 92% dos inquiridos reportam perdas financeiras devido ao tempo gasto a tentar selecionar as ruturas de stock, enquanto 81% apontam um aumento das tarefas administrativas e 77% uma redução da confiança dos utentes.

A escassez de medicamentos é um problema que afeta o mercado farmacêutico há vários anos, tendo sido acentuado com a pandemia de Covid e com a guerra na Ucrânia, devido às interrupções nas cadeias de abastecimento e, também, pelo facto de a indústria considerar que em alguns casos, o preço do medicamento não compensa o aumento dos custos de produção, o que leva à sua inviabilidade comercial.

O estudo aponta ainda que as soluções disponíveis para as farmácias comunitárias mitigarem a escassez de medicamentos “variam significativamente” entre os diversos países, não obstante a substituição por genéricos (92%) ou o ajuste da terapia ou posologia (50%) estarem entre as mais utilizadas.

É de salientar que dos 26 países analisados, 18 têm sistemas de informação para monitorizar a escassez de medicamentos. É o caso de Portugal, que tem uma lista de medicamentos cuja exportação está temporariamente suspensa (atualizada periodicamente) e tem também uma lista de medicamentos críticos.